

MULHERES, ATIVISMOS E DEMOCRACIA EM GUINÉ-BISSAU (2012-2022)

Maria Tesso Vasco Cá¹
Ricardino Jacinto Dumas Teixeira²

Resumo

O trabalho analisa ativismos de mulheres no processo de democratização em Guiné-Bissau, a fim de identificar, especificamente, suas demandas, reivindicações e tensões à luz das questões da diferença, da equidade e de gênero. Como caminho metodológico, adotamos a técnica de *Análise de Conteúdo*, com o propósito compreender as visões que as ativistas têm sobre a democratização. O argumento central é de que, apesar dos desafios no campo de efetivação dos direitos, tem surgido, particularmente a partir de 2000, um amplo movimento de ativismos de mulheres em diversas esferas da sociedade civil.

Palavras Chave: África. Ativismos. Democracia. Guiné-Bissau

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

² Orientador – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
Data de submissão e aprovação: 28 de julho de 2022.

Introdução

Este trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Sociologia estabelece os contornos de uma pesquisa que visa analisar ativismos de mulheres no processo de democratização em Guiné-Bissau, entre os anos de 2012 a 2022. O recorte temporal justifica-se pela presença de lideranças femininas guineenses na sociedade política (Estado e partido) e na sociedade civil (ONG e associações). Justifica-se pela crescente envolvimento de movimentos de ativismos de mulheres em busca de direitos à diferença e à igualdade de gênero, à paz e os direitos sociopolíticos, sobretudo depois do golpe de Estado em 12 de abril de 2012, de cujas consequências, como nos mostram os fatos, afetou a estabilidade e o avanço do país, mantendo um estado crítico ainda na atualidade.

Para analisarmos detalhadamente os diferentes ativismos de movimentos de mulheres no processo de democratização, faz-se necessário, inicialmente, considerar as estruturas socioculturais das famílias africanas, associadas a questão de gênero e da democracia. Para contextualizar o lugar do gênero e das mulheres em África, analiso, primeiro, as estruturas familiares, casamentos, maternidade e paternidade na construção de identidades. Em seguida, analiso as implicações dessas estruturas no processo de democratização, a fim de compreender a influência de mulheres ativistas em luta por direitos a participação e representação política no Estado, partido e movimentos sociais.

Mulheres, famílias e educação no continente africano

O lugar da família relacionado aos sistemas de valores e práticas socioculturais e socioreligiosas, aparecem, nesse trabalho, como aspectos centrais nos estudos sobre mulheres em África. Uma parte significativa desses estudos, surgem entre os anos de 1980 a 1990; tomam como ponto de partida as relações de produção a partir do mundo de trabalho feminino na agricultura. Outros estudos privilegiam abordagens antropológicas. Neste campo, os ritos de iniciação dos jovens para a vida adulta; o peso das religiões na construção de identidades coletivas aponta para as especificidades da educação nas sociedades africanas, entendidas como distinta das sociedades de tradição europeia. Nesse sentido é importante analisar como as estruturas locais definem o gênero e condicionam a emancipação feminina, muitas vezes, baseada em critérios como a idade dos indivíduos.

Para cientista político togolês Fafali Koudawo (1991) três características representam a educação tradicional africana, a saber: informalidade, oralidade e

reprodução social baseada numa pedagogia ativa - um conjunto de conhecimentos que refletem os valores fundamentais de uma dada sociedade. O autor define a educação formal como um sistema institucional, que possui regras, recursos e pessoal e funciona em locais apropriados, previamente definidos, com um programa e tempo de formação especializada. Já a educação tradicional africana, para Koudawo, foge a critérios de formação técnica, mas mantém suas formas de organização, no âmbito da sociedade civil.

Contudo, a ideia da informalidade da educação tradicional africana não é absoluta, Ainda que seja uma educação generalista, em que a “escola é vida”, transmitido por todos os membros da comunidade, ela ocorre em locais definidos, com os conteúdos e os saberes, que são transmitidos em tempos específicos e se assemelham a um período escolar particular. Contudo, a educação africana apresenta uma especificidade comum, que lhe distingue: o papel dos mais velhos ou classe de idade, no sentido da participação comunitária que proporciona a formação e a conscientização da pessoa na vida cotidiana.

Os ritos são elementos de socialização resultam dessa configuração sociocultural. Os ritos, como parte integrante dos simbolismos que estruturam as práticas sociais, congregam três elementos fundamentais, quais sejam:

- a) separação - representa a educação previamente definida de uma menina ou menino pela família para sua desagregação para uma vida coletiva em sociedade;
- b) transformação – representa a remodelação de uma menina ou menino conforme sua identidade étnica, na qual, recebe os ensinamentos das revelações e das provas;
- c) reagrupação – restitui à sociedade um membro, maduro(a), com capacidade para assumir as responsabilidades esperada pela sociedade, da qual é parte integrante.

Segundo sociólogo guineense João José Silva Monteiro (1997), em Guiné-Bissau, há uma distância muito enorme entre meninas e meninos no acesso à educação formal (europeia), concentrada na cidade de Bissau, centro administrativo, em detrimento das zonas rurais. A desigualdade regional entre a cidade e o campo reflete, igualmente, na desigualdade religiosa, de gênero e, como consequência, na participação e representação de mulheres na política e na sociedade em geral. Ele revelou, por exemplo, que o acesso à escolarização formal é superior entre os cristãos católicos, escolarizados, em detrimento dos muçulmanos, de cujas mulheres, da etnia Fulas e Mandingas, estão muito abaixo da pirâmide educacional educação.

A influência da educação muçulmana ou corânica é muito presente entre etnias Fulas e Mandingas, tendo por base suas culturas, não obstante suas desvantagens no acesso à escolarização de matriz ocidental.

Os três elementos constitutivos da educação africana - apontada por Fafali Koudawo - separação, transformação e reagrupação - aproximam-se das três características de famílias guineenses analisadas por Gertrut Achinger (1986, p. 71), a saber: família guineense *horizontal, vertical e intermediária ou mista*. Na primeira, fazem parte os Balantas, patriarcais e animista, sem divisão rígida de trabalho, geralmente as mulheres seguem o marido e os filhos tidos por elas no relacionamento pertencem à família do chefe da família, não à mãe biológica; Na segunda, vertical, fazem parte Fulas e Mandingas, também patriarca, baseada na economia monetária e na cobrança de impostos, e, por último a família *intermediária ou mista*, na qual os filhos da mãe ou irmãos pela parte materna, são os legítimos herdeiros (ACHINGER, 1986).

Bastante diferente das duas formas anteriores é a família da etnia Bijagó, que habita o arquipélago com o mesmo nome, constituído por um conjunto de ilhas que compõe a parte insular da Guiné-Bissau. Seu núcleo estruturante é matrilinear ou feminista. Sua estrutura interna de poder mantém as memórias das grandes Rainhas através do qual as mulheres bijagós escolhem seus maridos, constroem suas casas e convidam seus esposos para lá habitarem.

As mulheres Bijagós gozam, ao contrário das mulheres Balantas, Fulas, Mandingas e Pepeis e outras etnias guineenses, maior liberdade sexual e reprodutiva como, por exemplo, seu poder político ou religioso muito atrelado na evocação de espíritos que estabelece a ligação entre as gerações dos vivos e dos mortos que transcendem a autoridade dos régulos e da visão patriarcal das famílias tradicionais africanas. É por meio do poder da divindade que as mulheres bijagós exercem sua autoridade na sociedade (ACHINGER, 1986).

No início dos anos de 1950 adiante, ocorreram mudanças na estrutura familiar guineense, em decorrência da transformação do capitalismo. Em termos econômicos, grande parte da população, sobretudo Mandinga e Fula, passaram a dedicar-se ao cultivo para exportação no mercado internacional, não para subsistência.

Do modo semelhante, houve um aumento de ativismo acadêmico de mulheres em África. Para socióloga Natalia Canabillas (2016), no caso de África do Sul, após o levante do Soweto nos anos 1980, aconteceu um aumento na participação e representação feminina que articula os ideais da luta de libertação nacional sul-africana com as causas

da luta pela igualdade de gêneros. No caso guineense, as mudanças que ocorreram no interior das famílias guineenses ampliaram o lugar da mulher para além do mundo de trabalho doméstico e produtivo na agricultura, através de ações coletivas ou *djunbais* como espaços de exercício da cidadania contra a desigualdade de gênero em espaços de participação e de representação política no interior dos movimentos e organizações da sociedade política (partido e Estado) e da sociedade civil (organizações, grupos, movimentos, associações).

Debate teórico sobre democracia, ativismos e feminismos

Em África, o debate sobre o conceito de democracia³ centrou-se em torno da herança institucional dos países africanos, o peso do colonialismo e neocolonialismo, a etnicidade, a herança da luta armada de libertação nacional e a presença do partido único, de inspiração marxista-leninista, na maioria dos casos, bem como a imposição de uma política de democratização conforme o modelo ocidental pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) como condição para a renegociação da dívida externa e concessão de novos créditos, nos finais dos anos 1980 e princípios de 1990 (KOUAWO, 1996; LOPES, 1997 e TEIXEIRA, 2010 e 2015). Um elemento ausente no debate são as formas assumidas por mulheres no processo de transição política, como agentes da democratização. Há, nesse sentido, problemas políticos que se expressam pelas relações de gêneros e relações de poder na produção de conhecimento sobre o processo de transição política e da democratização e seus conceitos.

Em linhas gerais, pode-se definir as teorias de transições para a democracia como teorias de pendor liberal que pressupõe uma ruptura com o modelo autoritário para a ordem democrática. Elas pressupõem a concorrência livre pelo voto, tendo por base as liberdades individuais, sendo o método democrático o único credível para formação de governo (SCHUMPETER, 1961, BOBBIO, 1994 e 2000). Nestas abordagens, a democracia representativa é entendida como um método, uma via que estabelece as regras mínimas do jogo, isto é, quais são as decisões coletivas e quais as pessoas responsáveis capazes de tomar tais decisões por meio de “regras processuais”. Nesse caso, as “regras

³A construção da democracia moderna, segundo Bobbio (2000) iniciou-se a partir do século XVIII, na sequência de alguns acontecimentos, como o Bill of Rights, de fevereiro de 1689, e a Revolução Francesa de 1789, com a sua Declaração dos Direitos e do Homem.

de jogo” cumprem importante papel funcional, pautado nas regras políticas constitucionais por meio das quais se exerce o poder de representação, via eleição (BOBBIO, 1994).

Entre as críticas que foram formuladas à essas abordagens citamos a ausência do debate sobre a sociedade civil, movimentos sociais, que leva em consideração a participação política, em termos de controle social. Na formulação de Habermas (1995), o modelo deliberativo da democracia ocupa posição central. Segundo ele, o sistema de deliberação constitui o mais perfeito instrumento de controle social e político, porque suas normas de ações baseiam-se na racionalidade comunicativa para resolução de problemas, racionalmente, num diálogo livre e aberto. Para Habermas (1997), portanto, a esfera pública é a instância geradora de poder legítimo onde se dá o intercâmbio discursivo.

Essa abordagem da democracia, entendida como esfera pública deliberativa para resolução de problemas racionalmente, apesar da sua relevância, foi criticada por não considerar vários aspectos interligados (político, econômico, social, cultural) e sua relação com gênero. Iris Young (2001) propõe uma democracia comunicativa que se opõe frontalmente ao modelo deliberativo de Habermas no que diz respeito à restrição a argumentação baseada quase que exclusivamente nas escolhas racionais. Segundo Young, Habermas reduziu a democracia à obtenção de entendimento por meio de “discurso competente” sobre normas dependentes da restauração do consenso. A democracia comunicativa de Young vincula-se à sua concepção particular do feminismo, atribuindo um papel primordial às condições socioeconômicas dos sujeitos contra dominação (YOUNG, 2001, p. 377), daí a necessidade de um estudo de transição política para a democracia na qual as mulheres passam a se constituir sujeitos portadores de discursos argumentativos plurais e emancipatórios contra qualquer forma de dominação.

É nesse âmbito que se colocam as teorias da democracia participativa ou social. Em contraposição à democracia representativa liberal, enfatiza-se a participação da sociedade civil na tomada de decisões políticas e controle do exercício de poder sobre assuntos de interesse público. Assim concebida, a democracia é um processo político mais amplo de democratização e não se restringe apenas aos procedimentos do sistema político. Pateman (1992), Avritzer (1994), Touraine (1994), Gutmann (1995), Habermas (1997), Nogueira (2005), Lijphart (2003), Santos (2005), argumentam que, na concepção liberal da democracia, o poder tem sido concentrado nas elites, ignorando a capacidade de intervenção de sujeitos coletivos e da sociedade civil.

O trabalho privilegiará as duas abordagens teóricas da democracia – analisando condições tanto políticas da democracia representativa para compreender questões da natureza institucional, tais como a liberalização, transição, democratização do regime, seleção política e incerteza do jogo democrático – quanto questões sociais da democracia participativa – processos políticos e conflitos sociais, processo de descentralização de poder, cultura cívica e ações políticas, dominação, que atribuem um papel central às condições socioeconômicas da sociedade civil, que tem subjacente às questões baseadas no gênero. Essa pluralidade de questões remete a uma pluralidade de sujeitos políticos que questionam o fechamento do campo político que tenta fundar a democracia num “pensamento único” (LACLAU e MOUFFE, 2004).

No caso da África, o debate sobre o gênero volta-se sobre o sentido do conceito de feminismo africano e a crítica ao uso de conceitos dicotômicos, tais como tradição-modernidade, civilizado-primitivo, homem-mulher, oralidade-escrita, campo-cidade, oriundos de um conhecimento extrovertido, de tradição europeia ocidental, associado ao (neo)colonialismo epistêmico e ao racismo numa África “inventada” como vontade de poder (OYĚWÙMÍ, 2004; ADESINA, 2012); MUDIMBE, 2013). Em Guiné-Bissau, parte de estudos sobre gênero enfatizam a participação de mulheres combatentes na luta de libertação nacional, o machismo e a sobrecarga das tarefas domésticas de cuidar da casa, do marido e dos filhos, educados por mulheres, no seio de um mundo feminino, cujo destino é o casamento (SEMEDO e BARROS, 2013, p. 26; GODINHO GOMES, 2021). Essa observação explica, em parte, a sub-representação política de mulheres guineenses. No âmbito parlamentar, por exemplo, eleito em 2014, dos 100% de parlamentares, apenas 10% são mulheres. Ou seja, num universo de cento e dois (102) parlamentares, apenas quatorze (14) são mulheres. No âmbito do poder executivo, dos dezesseis (16) ministros nomeados pelo partido que esteja no poder, ou por colisão de partidos, apenas cinco (5) são mulheres. Num total de quinze (15) secretarias de Estado, apenas uma (1) é ocupada por mulher (LORENA 2017, p.49). São questões que servirão de base para análise.

Metodologia e caminho para análise

Os procedimentos metodológicos adotados durante o trabalho foram os seguintes: *Levantamento de dados*: (a) revisão da literatura sobre sociedades e famílias africanas, sistema educativo, mulheres, ativismos, processos políticos, transição política, democracia e realidade das atuais de Guiné-Bissau para a construção do quadro teórico

referencial (b) levantamento de dados no Arquivo Público (INEP). A Revista de Estudos Guineenses (Soronda) é uma das fontes de dados importantes utilizadas; c) consulta dos dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE), observando a representação política de mulheres na Assembleia Nacional Popular e nos cargos de direção no Estado e partidos e na sociedade civil; (c) consulta aos sites de principais partidos políticos e os arquivos da Plataforma de Mulheres (ONGs), e d) consulta ao site dos movimentos sociais de ativismos na internet. Selecionei apenas os movimentos de ativismos e pessoas que possam contribuir com suas visões sobre ativismos de mulheres na democratização, de cujas visões me ajudaram na resposta às questões de pesquisa.

Para objetivo geral do trabalho desenvolve estudo sobre a presença de mulheres no processo de ativismos para a democracia na Guiné-Bissau, particularmente entre os anos de 2012 a 2022, de acordo com o debate conceitual sobre as duas formas predominantes de democracia representativa e participativa. É a partir da democracia que analiso os ativismos de mulheres guineenses na política. A partir do objetivo geral define os específicos por meio de análise sobre a presença feminina na política democrática, através de identificação de sua representação e participação de mulheres nos ativismos à luz das questões da diferença, da equidade e de gênero.

Da literatura selecionada, documentos consultados e das visões analisadas dos movimentos de mulheres guineenses nas diversas formas de ativismo resultou no *corpus*, de acordo com o tema e os objetivos definidos no presente trabalho. Optarei pelo método de *Análise de Conteúdo* para tratamento de dados, a fim de compreender as visões que os movimentos de ativismos de mulheres têm do processo político, suas reivindicações e tensões, em perspectiva de gênero, no processo de democratização.

A escolha desse método justifica-se em estudos que pretendem descrições objetivas, sistemáticas e qualitativas do conteúdo manifesto relativo às condições estruturais e as contradições inerentes às tradições de uma dada sociedade, a fim de interpretá-las contextualmente (BARDIN, 1977). As ações coletivas dos movimentos de mulheres são entendidas aqui como práticas ativistas cujas estruturas são marcadas por contradições, lutas históricas para a conquista de direitos cada vez mais amplos, assim como de oposição contra qualquer forma de hierarquização contrárias a essas lutas. Isso porque, historicamente, as mulheres guineenses tiveram uma presença ativa na luta de libertação nacional contra o colonialismo português.

Elas ganharam o político e eleitoral do ponto de vista constitucional no processo de democratização, via eleições, mas continuam subalternizadas e subrepresentadas na

política. Isso me leva à seguinte questão: por que um país, como Guiné-Bissau, que desde o início da luta de libertação pela sua independência contra o jugo colonial português tem procurado garantir a presença feminina, mas não consegue garantir a mesma presença no processo de democratização? Não estaria a democracia ameaçada na Guiné-Bissau? Que lutas e formas de reivindicação aparecem como demandas dos movimentos de mulheres ativistas com presença e visibilidade no país? A partir dessas questões que início a análise.

Análise sobre mulheres, ativismos e democracia em Guiné-Bissau

O processo de democratização a partir dos anos de 1990 possibilitou um conjunto de reivindicações geradas pelos conflitos internos e sucessivos golpes do Estado. Um dos pontos centrais que nortearam os diversos movimentos de ativismos de mulheres guineenses centrou-se na promoção do diálogo político, em busca da paz, representação política no parlamento para aprovação de novas leis que garantam a participação de mulheres, tanto em liderança quanto em defesa dos direitos políticos, sociais e econômicos. De acordo com o depoimento Coordenadora do Conselho das Mulheres Facilitadora do Diálogo, ativista Francisca Vaz:

No último ano, vimos exemplos positivos de progresso. As Organizações de Mulheres continuam a ter impacto na manutenção do diálogo vivo na Guiné-Bissau, criaram organizações, mediaram debates e aprovaram novas leis. O despertar aconteceu com o início com o início da crise política em 2015. Começou a surgir uma situação de instabilidade, depois da queda do primeiro governo constitucional. Então começou a surgir uma onda de violências em relação aos jovens. Começaram haver marchas. As mulheres também estavam cansadas também saíram para a rua. As mulheres saíram várias vezes. Mas nós vimos, no mês de maio, que a violência chegou a tal ponto que houve tiros, morreu uma criança de treze (13) anos. Daí fomos pedir apoio às Nações Unidas. Foi um grupo de setenta (70) e mais organizações, onde resolvemos criar um Grupo de Mulheres Facilitadores (Francisca Vaz, vídeo, 2018).

A partir do exposto, pode-se dizer que houve avanço na luta feminina que tiveram impactos no campo de conquistas dos direitos de mulheres contra a violência militar que afetava sobretudo as crianças. A crise de 2015 foi uma das razões fundamentais para o surgimento do grupo de mulheres facilitadoras no diálogo político. O apoio a essas mulheres faz parte do mandato da missão da ONU no país, também denominado de UNOCBIS. As Nações Unidas apoiam vários projetos nesta área, sendo um dos principais financiadores desses movimentos.

A campanha pela paz, em um contexto marcada pela desintegração social e conflitos internos, inclusive no interior dos movimentos sociais de mulheres ativistas,

mobilizou organizações em diferentes regiões do país. Possibilitou uma melhora nas convivências entre familiares que até então estavam desavindas em razão dos conflitos.

Andamos todo país que estava completamente dividido a nível social. Havia mesmo organizações de mulheres que estavam em ruptura a nível nacional. Mostramos que era possível. Só com o diálogo que se podia concertar a situação degradante. Chegamos a constatar, por exemplo, que havia regiões em que famílias se deixavam de falar por causa do conflito que estavam a viver. Penso que foi muito bom, porque muitos atores reconhecem que jogamos um papel muito importante. Acima de tudo a isenção, nós fizemos a questão da isenção. O importante era paz, não estávamos interessados quem vai ganhar ou quem vai perder, porque nós todos queríamos ganhar (Francisca Vaz, vídeo, 2018).

Um aspecto importante que contribuiu para a credibilidade dos movimentos é a busca pela isenção na mediação do conflito. Na Guiné-Bissau, as mulheres sofrem o mesmo tipo de restrições culturais e econômicas que são comuns na região. Mas é de particular interesse notar que, neste país, foram capazes de se organizar como mulheres. Fazem agora parte do processo político de paz, porque as estão representadas nas conversas sobre reformas do Estado, têm puxado por reformas legais pelo Pacto de Estabilidade e o Código de Conduta durante as últimas eleições.

Trabalharam nas eleições como monitoras e criaram uma sala de monitoramento. Esses movimentos começam agora a ganhar raízes fora da capital Bissau, em um país pobre onde 62% das mulheres não sabem ler nem escrever (PNUD, 2018). Este é um trabalho difícil, de acordo com o depoimento da Coordenadora do Conselho das Mulheres Facilitadora do Diálogo, Francisca Vaz.

Essas mulheres, no quadro de promoção do diálogo político, tiveram encontros com presidente, ministros e líderes políticos. Pela primeira vez, em vários meses, estes homens políticos sentavam-se a mesma mesa e conversavam. Algumas mulheres decidiram também que essa experiência devia ser alargada para Assembleia Nacional Popular, onde apenas quatorze (14) mulheres tinham assento. Com o apoio da ONU começou a ser preparada a Lei da Paridade.

A Lei da Paridade é uma demanda antiga dos movimentos de mulheres. Em 2018, o Parlamento guineense finalmente aprovou a Lei da Paridade, que fixa a quota mínima de 36% para a presença feminina nos lugares cimeiros na casa legislativa e nas esferas de decisões do país. Trata-se de uma questão de justiça, considerando o peso da presença feminina na sociedade e no sistema eleitoral. Segundo Suzi Barbosa, coordenadora do

Comité de Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau e atual Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros, a Lei da Paridade

É o mais que justo. Se temos uma sociedade majoritariamente constituída por mulheres, queremos também essa representação no Parlamento. Se consideramos que as mulheres guineenses representam cinquenta e dois por cento (52%) da população, elas não tinham realmente uma voz ativa na sociedade, apesar das mulheres que mais trabalhavam nas campanhas [eleitorais]. Depois na atribuição de cargos, realmente elas não estavam representadas. Era um projeto excelente. Porque realmente o que nós prevemos é o aumento da participação política das mulheres na Guiné-Bissau (Suzi Barbosa, vídeo, 2018)

Na Guiné-Bissau, a representação demográfica feminina não traduzia a sua presença no Parlamento. As mulheres não tinham uma voz ativa nos espaços de tomada de decisão, não obstante sua forte presença no mercado eleitoral. Isto porque com a transição política do regime autoritário para a democracia, as mulheres ganharam o peso eleitoral e presença na mobilização do eleitorado no mercado do voto, através de campanhas eleitorais. Apesar da presença feminina na luta de libertação e no processo de democratização, elas continuam subalternizadas nos cargos chaves de representação e participação no Estado e na sociedade civil.

Mesmo com a promulgação da Lei da Paridade, em dezembro de 2018, as restrições nos espaços de participação e de representação ainda são vigentes em todas as esferas da sociedade. A efetivação da Lei continua em desafio na democracia guineense. Como afirma a ativista Helena Neves Abrahamson, Presidente da Associação de Mulheres Juristas, em termos efetivos:

O projeto de paridade foi esvaziado, digamos assim. A norma que estabelecia e que dava segurança ao cumprimento de trinta e sei por cento (36%), que era alternância de um homem e uma mulher nas listas caiu. Os partidos políticos não aceitaram, nenhum deles. Todos eles chumbaram essa norma. Acabaram sendo eleitas apenas treze (13) mulheres na última legislatura [em 2014] (Helena Neves Abrahamson, vídeo, PNUD, 2018)

Aqui, coloca se três questões, quais sejam, o incumprimento da Lei gerou insegurança às mulheres, a presença dos partidos políticos como principais atores que dificultam a representação feminina no Parlamento. Nesse sentido coloca se uma tenção entre direitos constitucionais formais (Lei da Paridade) e a representação política real de mulheres.

A dificuldade de luta por direitos de mulheres possibilitou uma ampla mobilização de redes de mulheres em defesa da participação política em cargos elegíveis no processo

eleitoral. É neste contexto que surgiu o Movimento Mais Mulheres, no dia 2 de fevereiro de 2019 pela aplicabilidade da Lei da Paridade (segundo Djenane Pereire de Jesus, líder do Movimento Mais Mulheres).

“Ao ver aprovada essa Lei da Paridade e depois não ter visto nenhuma ação que desse um empurrão a essas mulheres que pretendiam candidatar-se, eu e uma colega minha pensamos e criamos o Movimento Mais Mulheres, uma força feminina. Mais Mulheres trabalham em parceria com APPN, uma organização recente. Trabalhamos com o apoio exclusivo nesta fase do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Trabalhamos na área de capacitação dessas mulheres, demos formação em diferentes áreas, como liderança, comunicação, violência, direito e dever, comportamento, ética. Conseguimos trabalhar com quase duzentas (200) mulheres na política ativa e candidatas ao cargo de deputada da nação (Djenane Pereire de Jesus, vídeo, 2018)

Os conflitos internos, porém, geraram impasses. Em muitos casos, o diálogo ficou impossível, gerando um quadro esquizofrênico entre os principais autores políticos, geralmente homens. Para Helena Neves Abrahamson (2018), “muitas vezes essas situações quase que esses senhores precisam de um psicólogo. Falam durante uma hora, sem parar, ou meia hora, sem parar, porque estão tão tensos. A tensão é tão grande que o diálogo não sai, não fluía porque estão tensos”. A tensão gerada pela esquizofrenia, deve se em parte, à invisibilidade feminina na política numa sociedade machista perante as tomadas de decisões que diz respeito aos interesses coletivos.

A atuação de movimentos sociais de mulheres em rede é um marco importante da luta das ativistas guineenses. Ocorrem promoções de encontros com várias organizações transnacionais. No caso específico da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) realizam-se seminários anuais para discutirem diversas reivindicações, propondo soluções de políticas públicas de equidade, participação política nos processos eleitorais e de mais assuntos que envolvem mercado de trabalho, como é o caso da empregabilidade digital. A fala da ativista e deputada Cadi Seide, no âmbito da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP, discute se temas de suma importância para comunidade:

Plasmado no nosso Plano de Ação de 2022, que são os seguintes: a violência de gênero e o impacto da Covid 19 na vida das mulheres da CPLP, mas, também, temos que realçar outros temas em que vamos partilhar as nossas experiências e situações econômicas e sociais que se vive nos nossos respectivos países. Simultaneamente, a nossa Rede visa trabalhar para que haja equidade e igualdade de gênero na nossa comunidade. Para tal, temos que exercer a advocacia ativa para aumento de participação de mulheres na política e na tomada de decisão, em todos os níveis da sociedade. Vamos ter também que formar e capacitar as mulheres parlamentares, nas várias áreas de interesse comum, bem como na empregabilidade digital. Temos que melhorar a participação e o papel de mulheres na prevenção, gestão e resolução de conflitos e nos processos eleitorais (Cadi Seide, vídeo, 2022).

A necessidade de um orçamento estatal sensível ao gênero, bem com a monitoração e execução de políticas públicas e campanhas a nível da CPLP, são as principais demandas que se colocam para as ativistas da Rede da CPLP no combate a violência de gênero. A questão da solidariedade para com as ativistas da Guiné Equatorial, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tome e Príncipe, Timor-Leste que integram a Rede em luta desigualdade de gênero na política.

Os desafios de ativismo de mulheres são vários, principalmente no acesso à educação. Apesar das mudanças, as mulheres ainda enfrentam dificuldades educacionais, sobretudo nas zonas rurais, onde a presença do Estado é quase inexistente. No entendimento da coordenadora do Comité de Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau e atual Ministra de Estado,

“Para ser sincera, a grande maioria não sabe se quer que tem direitos. A maioria delas intendem que são cidadãos de segunda, com o marido e o pai que realmente são chefe de famílias e elas têm que submeter as suas vontades, inclusive o direito ao voto muitas vezes é condicionado pelo pai e pelo marido, porque elas intendem na sociedade que o homem que tem realmente o poder de decisão na família. É muito difícil para uma pessoa analfabeta fazer-lhe entender os seus direitos. Claro que há sensibilização, houve uma melhoria e tem uma noção, mas ainda existem muitas barreiras, sobretudo cultural que lhes impedem aceder os seus direitos reais (Suzi Barbosa, vídeo, 2018)

A educação, como direito, ainda não é percebida pela maioria da população feminina analfabeta. A herança da família patriarcal guineense, tem condicionado a exclusão de mulheres na política e no acesso ao poder, apesar da melhoria verificado nos últimos anos. Essa visão aproxima se do estudo do sociólogo guineense João José Silva Monteiro (1991), no que tange o acesso à escolarização formal entre diferentes grupos étnicos religioso do país, a exemplo dos cristões católicos, majoritariamente escolarizados e urbanizados e grupos muçulmanos, excluídos do sistema do ensino formal ou viam na educação ocidental um instrumento de dominação de suas culturas e religiões marcada pela educação corânica sob a direção de um tcherno (professor).

No acampo do ativismo social, reforça a reivindicação do orçamento do Estado para políticas públicas consideradas importantes. “Nós vamos fazer possível para que realmente aumente o orçamento [de estado] para as áreas sociais. Tudo isto seria mais fácil se tivéssemos maior número de mulheres deputadas” (Suzi Barbosa, vídeo PNUD, 2018). Neste sentido, existe uma relação entre a melhoria de condições de vida das mulheres e suas representações na política.

A pauta de direitos humanos de mulheres contra violência é assumida pelo Movimento Mindjer Ika Tambur -Mulher não é Tambor, fundado por um grupo de mulheres guineense em 20 de novembro de 2021 com o objetivo de reduzir o índice da violência baseada em gênero, em todas as suas manifestações e formas. Desde sua fundação, esse movimento de jovens mulheres ativistas vem denunciando vários casos de violência contra mulheres que são silenciadas pelos maridos ou pelas suas famílias até então considerados “normais”. Em alguns casos as violências são justificadas pela cultura, religião e geração, elementos considerados importantes em muitas sociedades.

Um dos instrumentos fundamentais de sensibilização e consciencialização sobre as violências é o *djumbai comunitária* nos bairros da capital e das regiões. Com as transformações das famílias guineenses, as mulheres e meninas jovens tem assumido o papel importante no espaço público criando redes de ativismos como instrumentos para participação social. As mulheres mais velhas continuam como conselheiras na sociedade, contudo, as ativistas mulheres, mais novas, têm promovido mudanças sociais estruturais a nível da participação na sociedade civil. O projeto “suta mindjer kaba” - bater mulher acabou – faz parte de um conjunto de ações de militância cívica para ampliação da democracia, em perspectiva de gênero.

Para Yolanda Garrafão, coordenadora do Movimento, o projeto “suta mindjer kaba” visa promover formação de mulheres e bem-estar feminina, porque acreditamos que a formação é muito essencial na transformação social para uma sociedade igualitária, onde a justiça se faz presente para a juventude. A formação envolve ações de sensibilização das Forças Armadas sobre a violência de gênero, ações de sensibilização em escolas, liceus e universidades através da música para transmissão de mensagens. A escolha dos músicos é motivada pelo fato de que as letras das músicas abrangem todas as gerações. Através da música se consegue incentivar a população, de alguma forma, verem as mulheres com os outros olhares dentro da sociedade, com menos preconceito e visões negativas que reforçam a marginalização

No campo do ativismo econômico, a luta contra pobreza constitui a pauta dos movimentos, já que grande parte das mulheres estão excluídos no mercado de trabalho e sem capacidade de renda que garante a sobrevivência de suas famílias e educação dos filhos. A solução encontrada é o trabalho precário na produção artesanal de sal de cozinha, em locais improvisados como principal fonte de renda. Daí a importância do empoderamento econômico para o desenvolvimento sustentável para a desconstrução da

violência e sustentabilidade de mulheres. (Tânia Pereira, dirigente da organização feminina MIGUILAN, vídeo 2018).

No âmbito do ativismo acadêmico, particularmente nas últimas décadas, vivenciamos, em Guiné-Bissau e em suas diferentes diásporas, mudanças estruturais – socioculturais, socioeducacionais e sociopolíticas que refletem na produção do conhecimento crítico, autônomo e que pode ser percebido particularmente um ativismo acadêmico no âmbito local e no contexto diaspórico. É o caso do Movimento Coletivo para Emancipação das Mulheres Guineenses, fundado em maio de 2021, “a partir do contexto social guineense marcado por gritantes desigualdades de gênero com finalidade de estabelecer pacto e fortificar laços entre as mulheres tanto na dimensão ética e política quanto na prática do mulherismo e feminismo contemporâneo”.

O conhecimento de mulheres ativistas aponta para o novo momento de luta proporcionado pelo acesso a educação superior a partir da década de 1990 e se intensificou nos anos recentes com a expansão do ensino superior. A dificuldade de acesso ao ensino superior de famílias majoritariamente pobre tem mudado significativamente, decorrente das lutas dos movimentos de ativismos em todos os setores da vida nacional.

Considerações finais

Na Guiné-Bissau, historicamente, as mulheres tiveram uma forte presença na luta de libertação nacional contra o colonialismo português. Com a transição política do regime autoritário para a democracia, as mulheres ganharam o peso eleitoral no mercado de voto e presença na mobilização do leitorado nos processos eleitorais, através de campanhas políticas partidárias.

Apesar da presença feminina na luta de libertação e no processo de democratização, anos 1970 a 1990, elas continuavam subalternizadas e subrepresentadas nos cargos-chaves de representação política no Estado e na sociedade civil.

Nos últimos anos, com o aprofundamento do pluralismo sociopolítico a partir dos anos 2000, tem crescido movimentos de ativismos de mulheres em que as experiências de luta de libertação e sucessivos conflitos internos foram catalizadores na luta pela emancipação feminina, através de empoderamento sociopolítico para responder as necessidades concretas de vidas das mulheres, com ênfase à luta pela representação e participação política, expandindo as demandas de gênero e candidatas a cargos elegíveis.

Referência Bibliográfica

ABRAHAMSON, Neves Helena. Associação de Mulheres Juristas da Guiné-Bissau. Vídeo: As mulheres que mantêm o diálogo vivo na Guiné-Bissau. **ONU - PNUD** Guiné-Bissau, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qqbypTdUSk>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

ACHINGER, Gertrud. A família guineense. **Soronda**. Revista de Estudos Guineenses, n. 01, jan. 1986, p. 68-90.

ADESINA, Jimi. Práticas da sociologia africana: lições de endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, Tereza Cruz; COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs). **Como fazer ciências sociais em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: CODESRIA, 2012, p. 195-210.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil: além da dicotomia Estado-mercado. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BARANCÃO, Yala Dan. ANP. Vídeo: Reunião intercalar da Rede de Mulheres Parlamentares - **CPLP** – violência contra o gênero e o impacto do Covid 19. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3204906703167218. Acesso em: 25 de julho de 2022.

BARBOSA, Suzi. **Comité de Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau**. Vídeo: As mulheres que mantêm o diálogo vivo na Guiné-Bissau. ONU - PNUD Guiné-Bissau, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qqbypTdUSk>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

CANABILLAS, Natalia. **Para além do político. Mulheres ativistas na cidade do cabo, África do Sul**. (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, UnB, Brasília: 2016.

CARDOSO, Carlos. Educação e endogeneidade: o caso da Guiné-Bissau. **Soronda**. Revista de Estudos Guineenses, n. 12, jul. 1991, p.147-154.

BARDIM, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo, 1994.

_____. Liberalismo e Democracia. **Democracia representativa**. São Paulo, 2013.

_____. O futuro da democracia. **Uma definição mínima de Democracia**. São Paulo, 2000.

DANSÓ, Iancuba. Reportagem DW. Dia da mulher guineense: persistem o obstáculo à igualdade de gênero. **DW - Guiné-Bissau**, 30 de jan. de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/dia-da-mulher-guineense-persistem-obst%C3%A1culos-%C3%A0-igualdade-de-g%C3%A9nero/a-60602864>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné. Aspectos de uma revolução africana**. Prefácio de Amílcar Cabral. Lisboa: Sá da Costa, 1968.

GARRAFÃO, Monteiro Victor Yolanda. **Movimento mindjer ika tambur**. Site facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/mindjerikatambur>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, Patricia Godinho. **Mindjeris di Guiné, ka bô m?pina, Ka bô burgunhu**. Narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné Bissau (trajetórias, construções e percursos emancipatórios). *Abe África: revista da associação brasileira de estudos africanos*, v. 6, p. 81-106, 2021.

GUTMANN, Amy. A desarmonia da democracia. In: **Lua Nova**, 1995, n. 36, p. 5-37.

HABERMAS, Juergen. Três modelos normativos de democracia. In: **Lua Nova**, 1995, n. 36, p. 39-53.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 91-106.

JESUS, Pereira Djenane. **Movimento Mais Mulheres da Guiné-Bissau**. Vídeo: As mulheres que mantêm o diálogo vivo na Guiné-Bissau. ONU - PNUD Guiné-Bissau, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qqbypTdUSk>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

KOUDAWO, Fafali. Educação e sociedade na África pré-colonial. **Soronda**. *Revista de Estudos Guineenses*, 1991, P. 61-62.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter Michel Karibe (orgs). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, p. 67-120.

KEESE, Alexander, ZAMPARONI, Valdemir; NEGRO, Gino; SANTOS, Maciel. In: ZAMPARONI, Valdemir e FURTADO, Claudino (orgs) Trabalho: Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe. In: **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala portuguesa**. ABA Publicações, CEAO – Pro- Africa – Fábrica de Ideias, 2014, p. 453-471.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista**. Argentina: Fondo de Cultura Economica, 2004.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LOPES, Carlos. **Compasso de espera**: o fundamental e o acessório na crise africana. Porto: Afrontamento, 1997.

MONTEIRO, Silva José João. Analfabetismo na Guiné-Bissau: Kamiñu lunju inda. In: SORONRA. Revista de Estudos Guineenses, vol. 1, n. 1, junho de 1997, p. 31-59.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda: Edições Pedagogo, 2013.

NASCIMNTO, Augusto; ZAMPARONI, Valdemir; NEGRO, Gino; SANTOS, Maciel; NASCIMNTO, Augusto In: ZAMPARONI, Valdemir e FURTADO, Claudino (orgs) Trabalho: Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe. In: **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala portuguesa**. ABA Publicações, CEAO – Pro- África – Fábrica de Ideias, 2014, p. 453-471.

NEGRO, Gino; ZAMPARONI, Valdemir; SANTOS, Maciel; KEESE, Alexander, NASCIMNTO, Augusto In: ZAMPARONI, Valdemir e FURTADO, Claudino (orgs) Trabalho: Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe. In: **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala portuguesa**. ABA Publicações, CEAO – Pro- Africa – Fábrica de Ideias, 2014, p. 453-471.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

NTUMBO, Ferreira Faustina. Monoparentalidade feminina na Guiné-Bissau Rural: desafios das mulheres na gestão das suas famílias (Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, **ISCSP**, Lisboa: 2021.

O'DONNELL, Guilherme, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (orgs) **Transição do regime autoritário**: Sul da Europa. São Paulo: Vertice, 1988.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Codesria Gender Series**. Volume I. Dakar, **Codesria**, 2004.

PERREIRA, Tânia. Movimento Miguilan Mulheres da Guiné-Bissau Levantemos. In: DW África. Dia da mulher guineense: persistem obstáculos à igualdade de gênero. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/dia-da-mulher-guineense-persistem-obst%C3%A1culos-%C3%A0-igualdade-de-g%C3%A9nero/a-60602864>.

Acesso: 25 de julho de 2022.

PATEMAN, Caroline. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RICHARSON, Roberto Jarry. **Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, Boaventura Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura Souza. (Org) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Maciel; ZAMPARONI, Valdemir; NEGRO, Gino; Maciel; KEESE, Alexander, NASCIMENTO, Ausgusto. In: ZAMPARONI, Valdemir e FURTADO, Claudino (orgs) Trabalho: Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe. In: **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala portuguesa**. ABA Publicações, CEAO – Pro- Africa – Fábrica de Ideias, 2014, p. 453-471.

SALUMÉ, de Santos. As mulheres do sal. In: Euro News. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HiJMJWC0wjQ>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

SEMEDO, Odete; BARROS, Miguel. **A participação das mulheres na política e na tomada de decisão da Guiné-Bissau**: da consciência, percepção à prática política. Bissau: Unogbis, 2013.

SCHUMPETER, A. Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. In: **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEIDE, Cadi. Reunião intercalar da Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP – violência contra o gênero e o impacto do Covid 19. Disponível em:

https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3204906703167218.

Acesso em: 25 de julho de 2022.

SILVA, D. António. **Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Coleção Textos/30, 1997.

TEIXEIRA, Ricardino Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2004**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

_____. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife: Editora Universitária, 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

YOUNG, M. Iris. Comunicação e o outro: Além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (org.) **Democracia hoje**. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001, p. 364-386.

UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. Vídeo: ONU, PNUD Guiné-Bissau, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qqbypTdUSk>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

VAZ, Francisca. Conselho das Mulheres Facilitadora do Diálogo. Vídeo: As mulheres que mantêm o diálogo vivo na Guiné-Bissau. ONU, PNUD Guiné-Bissau, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qqbypTdUSk>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

ZAMPARONI, Valdemir; NEGRO, Gino; SANTOS, Maciel; KEESE, Alexander, NASCIMENTO, Augusto. In: ZAMPARONI, Valdemir e FURTADO, Claudino (orgs) Trabalho: Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe. In: **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala portuguesa**. ABA Publicações, EAO – Pro- África – Fábrica de Ideias, 2014, p. 453-471.